

3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE/RS

Estudo Técnico Preliminar 51/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64032.002808/2026-84

2. Descrição da necessidade

2.1. Do Problema e da Relevância Histórico-Patrimonial:

2.1.1. A presente demanda visa suprir a necessidade contínua de materiais de construção para a manutenção preventiva e corretiva das instalações das 12 Organizações Militares participantes, localizadas na área do Comando Militar do Sul (CMS).

2.1.2. A relevância desta contratação é acentuada pela natureza histórica e estratégica do acervo imobiliário gerido. Conforme documentação técnica, as Unidades participantes administram um patrimônio que remonta ao século XIX e início do XX, destacando-se o **1º B Fv (1855)**, o **13º GAC (1908)**, o **5º BE Cmb Bld (1908)** e o **3º BE Cmb (1917)**, além da centenária **3ª Cia E Cmb Mec.** A manutenção ininterrupta dessas instalações é um dever de preservação do patrimônio público da União e condição indispensável para a funcionalidade operativa da Força Terrestre.

2.1.3. Identificou-se, por meio de laudos técnicos, uma degradação severa em sistemas de cobertura e telhados, com madeiramentos comprometidos (vigas e caibros podres), gerando infiltrações que colocam em risco as instalações elétricas e a integridade estrutural das edificações.

2.1.4. Esse cenário de precariedade foi drasticamente agravado pelos eventos climáticos extremos recentes na região Sul (fortes chuvas e enchentes em 2023 e 2024), tornando indispensável a substituição de estruturas que não suportam mais reparos paliativos.

2.2. Do Alinhamento à Capacidade Operativa e Prontidão:

2.2.1. A aquisição é fundamental para manter a **Capacidade Operativa** das tropas de engenharia e artilharia, garantindo que as sedes administrativas e instalações de instrução ofereçam o suporte logístico necessário para o adestramento e para a rápida mobilização do efetivo em missões de segurança e soberania nacional.

2.2.2. A disponibilidade imediata destes insumos permite que as equipes de manutenção orgânica (Pelotões de Obras) realizem reparos tempestivos, garantindo a **Habitabilidade e Segurança** dos Próprios Nacionais Residenciais (PNRs) e alojamentos, fator que impacta diretamente na manutenção do moral da tropa e na qualidade de vida da família militar.

2.3. Dos Resultados Pretendidos e Racionalização Administrativa:

2.3.1. Almeja-se garantir a habitabilidade, segurança e conforto nos alojamentos e Próprios Nacionais Residenciais (PNRs), impactando diretamente no moral e na qualidade de vida da tropa e seus familiares.

2.3.2. Sob a ótica da eficiência, a contratação busca aproveitar a **economia de escala** gerada pela consolidação das demandas regionais das 12 OMs em um único certame por Sistema de Registro de Preços (SRP), centralizando a gestão no **3º BE Cmb** para evitar a repetição desnecessária de processos administrativos e reduzir custos operacionais.

2.3.3. A ausência desta ata de registro de preços acarretará o risco iminente de paralisação de manutenções essenciais e serviços de engenharia, resultando em degradação patrimonial severa e prejuízos financeiros superiores aos da contratação ora pretendida.

2.3.4. Justifica-se a **excepcionalidade** da solução pela **imprevisibilidade** inerente às manutenções corretivas de 12 Unidades distintas, o que torna inviável a definição prévia de um cronograma físico-financeiro exaustivo, conforme os termos autorizativos do **Parecer nº 01070/2021/CONJUR-EB/CGU/AGU**.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
3º Batalhão de Engenharia de Combate	Hermes Leonardo Morais Faiolo Silva - Ordenador de Despesas
13º Grupo de Artilharia de Campanha	Luis Riele Miranda Guimarães – Ordenador de Despesas
1º Batalhão Ferroviário	Vicente da Silva Costa – Ordenador de Despesas
12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado	Anderson Félix Geraldo – Ordenador de Despesas
5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado	Ricardo Motinha Lanzellotte – Ordenador de Despesas
6º Batalhão de Engenharia de Combate	Alexandre Wagner de Almeida e Silva – Ordenador de Despesas
1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada	Jaime Oliveira da Silva Lima – Ordenador de Despesas (do 2º RC Mec, Unidade Apoiadora)
2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada	Thadeu Cadime do Nascimento – Ordenador de Despesas
3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada	Eduardo de Azevedo Pellegatti – Ordenador de Despesas
15ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada	Lucas Maciel Diniz – Ordenador de Despesas Substituto
Comissão Regional de Obras 3	Renato Cancherini Lefone – Ordenador de Despesas
Comissão Regional de Obras 5	Márcio Leandro Burigo – Ordenador de Despesas

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos de Qualidade e Conformidade Técnica:

- 4.1.1. Todos os materiais devem ser **obrigatoriamente novos, de primeiro uso**, e estar em conformidade com as normas técnicas vigentes da **ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)**.
- 4.1.2. Para materiais elétricos, cabos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), é exigido o selo de certificação do **INMETRO**, conforme os Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) vigentes.
- 4.1.3. Para itens perecíveis (como cimento, tintas e argamassas), os produtos devem possuir, no ato da entrega, no mínimo **75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade** total remanescente.
- 4.1.4. Ferramentas elétricas e equipamentos devem ser entregues com **manuals de instrução em língua portuguesa** e respectivo certificado de garantia do fabricante.
- 4.1.5. Os requisitos de qualidade e desempenho dos materiais serão aqueles objetivamente definidos nas composições e nos relatórios de insumos da **Tabela SINAPI (RS, SC e PR)**, vinculados às famílias de Alvenaria, Pintura, Elétrica, Hidráulica e demais grupos licitados, garantindo a padronização e a conformidade técnica exigida pelo Exército.

4.2. Critérios de Sustentabilidade Ambiental:

- 4.2.1. O planejamento desta contratação observa o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU (8ª Edição)**, integrando práticas sustentáveis como obrigações contratuais.
- 4.2.2. **Origem Florestal:** Para itens de madeira (tábuas, caibros, etc.), é obrigatória a comprovação de procedência legal mediante apresentação do **Documento de Origem Florestal (DOF)** ou autorização no **Sinaflor** no momento da entrega.
- 4.2.3. **Regularidade Ambiental:** Como condição para aceitação da proposta/produto, será exigido o comprovante de registro do fabricante no **Cadastro Técnico Federal (CTF/IBAMA)** para atividades potencialmente poluidoras.
- 4.2.4. **Baixa Toxicidade:** As tintas e vernizes devem ser, preferencialmente, à base de água e com baixa emissão de Compostos Orgânicos Voláteis (COV), visando a saúde dos aplicadores e a preservação da camada de ozônio.
- 4.2.5. **Eficiência Energética:** Insumos de iluminação devem priorizar a tecnologia LED e possuir classificação de eficiência energética compatível com os Programas Brasileiros de Etiquetagem (PBE).

4.3. Requisitos de Execução e Logística (SRP):

- 4.3.1. **Natureza e Vigência:** A contratação não possui natureza continuada. A Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, podendo ser **prorrogada por igual período**, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados e haja concordância do fornecedor. Na hipótese de

prorrogação da vigência, **fica facultada a renovação dos quantitativos registrados**, visando garantir a continuidade do suporte logístico às 12 Organizações Militares participantes.

4.3.2. **Frete e Despesas:** Todos os impostos, taxas e custos com **transporte, carga e descarga** nos endereços das 12 OMs participantes (distribuídas no RS, SC e PR) devem estar inclusos no preço ofertado.

4.3.3. **Logística Reversa:** Os fornecedores deverão responsabilizar-se pela logística reversa de embalagens e resíduos específicos (como lâmpadas fluorescentes e baterias), conforme a Lei nº 12.305/2010. Caso a logística reversa se mostre inviável para itens fragmentados, as OMs adotarão seus próprios Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

4.4. Garantia:

4.4.1. Exige-se garantia legal mínima de **90 (noventa) dias** para todos os materiais. No caso de ferramentas e equipamentos, prevalece a garantia do fabricante quando esta for superior à legal.

5. Levantamento de Mercado

5.1. **Pesquisa de Alternativas:** Realizou-se a prospecção de soluções para o suprimento de insumos, avaliando-se a viabilidade de **locação de bens** (Art. 44 da Lei 14.133/21), a qual foi descartada visto que os materiais (cimento, tijolos, cabos elétricos, etc.) serão incorporados definitivamente ao patrimônio imobiliário da União através de mão de obra orgânica.

5.2. **Opções Logísticas Onerosas:** Pesquisou-se a existência de chamamentos públicos para **doação ou permutas**, conforme o Art. 9º, inciso III, alínea 'd' da IN 58/2022, não sendo identificadas ofertas que atendessem ao vulto estratégico e à urgência das 12 Organizações Militares participantes.

5.3. **Benchmarking e Inovações:** Consultaram-se, via **Sistema ETP Digital**, estudos técnicos de outros órgãos da Administração Pública Federal que utilizam a modelagem de maior desconto sobre tabelas oficiais (ex: SINAPI e SICRO), confirmando-se que esta é a metodologia que melhor garante o realismo de preços e a padronização regional frente à volatilidade do mercado de construção civil.

5.4. **Conclusão:** O mercado apresenta maturidade e capilaridade robusta na região Sul, sendo a aquisição via Sistema de Registro de Preços (SRP) a solução mais eficiente para lidar com a demanda imprevisível de manutenções centenárias sem a necessidade de estoques volumosos e riscos de obsolescência."

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Natureza e Justificativa da Escolha:

6.1.1. A solução consiste em Pregão Eletrônico SRP, com critério de maior desconto linear sobre a Tabela SINAPI (não desonerada), utilizando a mediana da localidade de entrega (RS, SC ou PR).

6.1.2. A adoção da SINAPI fundamenta-se no **Parecer nº 01070/2021/CONJUR-EB** e no **Acórdão nº 1.238/2016-TCU-Plenário**, sendo a ferramenta mais eficaz para evitar o "jogo de planilha" e garantir o realismo de preços.

6.1.3. Visando a continuidade das manutenções prediais nas 12 Organizações Militares e em observância ao Art. 22 do Decreto nº 11.462 /2023, fica prevista a possibilidade de renovação dos quantitativos originalmente registrados na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, desde que comprovada a vantajosidade dos preços à época.

6.2. Ciclo de Vida do Objeto:

A solução abrange todas as etapas de vida dos insumos:

- 1) **Planejamento:** dimensionamento baseado no histórico e projeção de obras das 12 OMs;
- 2) **Aquisição:** via SRP para evitar estoques volumosos e perecimento (ex: cimento);
- 3) **Recebimento Técnico:** conferência física via Fichas de Especificação da Caixa (Anexo X);
- 4) **Aplicação:** mão de obra orgânica;
- 5) **Descarte:** logística reversa conforme a **Lei nº 12.305/2010**.

6.3. Operacionalização do Desconto e Lances:

6.3.1. **Valor de Referência Simbólico:** Para viabilizar a disputa técnica no sistema **Compras.gov.br**, cada família de materiais (item do pregão) terá o valor unitário de referência fixado em **R\$ 1,00 (um real)**.

6.3.2. **Metodologia de Registro de Proposta:** O licitante não deve digitar o percentual de desconto diretamente no sistema, mas sim um **valor unitário monetário** que represente o percentual remanescente após a aplicação do desconto que ele deseja oferecer.

6.3.3. **Exemplos Práticos para o Licitante (Estudo de Caso):**

6.3.3.1. **Cenário A (Desconto de 5%):** Se o licitante desejar oferecer **5% de desconto** linear sobre a Tabela SINAPI, ele deverá registrar no sistema o valor de **R\$ 0,95**.

6.3.3.2. **Cenário B (Desconto de 12,5%):** Se o licitante desejar oferecer **12,5% de desconto** linear, ele deverá registrar no sistema o valor de **R\$ 0,875**.

6.3.4. **Abrangência e Incidência do Desconto:** O percentual de desconto adjudicado será aplicado de forma **linear e automática** sobre todos os insumos que compõem a respectiva família de materiais, incidindo sobre o valor da mediana constante na tabela **SINAPI oficial vigente no mês da emissão da Ordem de Fornecimento**.

6.4. **Gestão, Logística e Execução:**

6.4.1. A gestão do processo é centralizada pelo **3º BE Cmb (Gerenciador)**, enquanto a execução orçamentária e a fiscalização ocorrerão de forma **descentralizada** nas sedes das 12 OMs participantes.

6.4.2. O fornecimento será **integral para cada empenho emitido**, devendo a contratada suportar todas as despesas de **frete, carga e descarga** nos locais de entrega das Unidades situadas no RS, SC e PR, custos estes que devem estar contemplados no desconto ofertado.

6.4.3. Os materiais adquiridos serão aplicados exclusivamente pela **mão de obra orgânica** das Unidades (Pelotões de Obras e Seções de Manutenção), garantindo a recuperação da infraestrutura militar e o moral da tropa.

6.4.4. Para mitigar riscos operacionais, as Unidades seguirão as diretrizes de um **Manual de Instrução de Uso da Ata** (Anexo VIII), que detalhará o passo a passo para o enquadramento dos códigos SINAPI e o cálculo dos descontos no momento de cada pedido.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. **Metodologia de Dimensionamento e Justificativa:**

7.1.1. O dimensionamento das quantidades baseou-se na **série histórica de consumo** dos exercícios de 2023, 2024 e 2025, analisando os registros de saída de material e ordens de serviço executadas pelos Pelotões de Obras das 12 OMs participantes.

7.1.2. Para itens de uso eventual ou destinados a frentes de trabalho específicas, adotou-se a **estimativa de utilização operacional**, considerando o cronograma de obras planejado e a necessidade de manter estoques reguladores para respostas imediatas a avarias emergenciais.

7.1.3. A robustez dos quantitativos justifica-se pela necessidade de manutenção de um acervo imobiliário de natureza, em grande parte, **centenária**, o que exige intervenções preventivas constantes para garantir a habitabilidade e a segurança das instalações.

7.1.4. Foram consideradas as demandas de manutenção de natureza contínua e a necessidade de suporte logístico para frentes de trabalho distribuídas em diversas guarnições, garantindo que as Unidades Gestoras Participantes (UGPs) possuam autonomia para realizar intervenções imediatas em alojamentos, seções administrativas e áreas operacionais.

7.1.5. A memória de cálculo detalhada, contendo a soma dos itens solicitados por cada uma das 12 unidades, encontra-se consolidada no **Memorial de Cálculo Consolidado** anexo, garantindo a rastreabilidade e a transparência de cada unidade de medida licitada.

7.1.6 **Definição de Limites (Mínimo e Máximo):** Os quantitativos totais listados nesta seção e no Memorial de Cálculo Consolidado representam o **limite máximo** a ser registrado na Ata de Registro de Preços. A estimativa **mínima** de consumo, balizada para gerar expectativas reais ao mercado e garantir economia de escala, corresponde à mediana da série histórica de consumo (2023-2025) detalhada na Certidão de Estimativa acostada aos autos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.215.577,00

8.1. Metodologia de Pesquisa de Preços:

8.1.1. Em estrita observância ao Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e à IN SEGES/ME nº 65/2021, o valor estimado foi definido utilizando-se a **Tabela SINAPI (não desonerada)** como sistema oficial de governo.

8.1.2. Adotou-se a **mediana dos preços de insumos** atualizada pela Caixa Econômica Federal/IBGE, por representar o parâmetro legal de teto para obras e serviços de engenharia no âmbito federal, garantindo que a Administração não pague valores acima dos praticados pelo mercado.

8.2. Valor Global e Distribuição por Organização Militar (12 OMs):

8.2.1. O valor global estimado para a contratação, resultante da consolidação das necessidades de guarnições do RS, SC e PR, é de **R\$ 7.215.577,00**, conforme a seguinte distribuição por Unidade Gestora:

- **3º BE Cmb (UGG - Cachoeira do Sul/RS):** R\$ 1.194.013,00.
- **6º BE Cmb (São Gabriel/RS):** R\$ 1.465.000,00.
- **5º BE Cmb Bld (Porto União/SC):** R\$ 2.000.000,00.
- **12º BE Cmb Bld (Alegrete/RS):** R\$ 297.000,00.
- **1ª Cia E Cmb Mec (São Borja/RS):** R\$ 650.000,00.
- **2ª Cia E Cmb Mec (Alegrete/RS):** R\$ 460.000,00.
- **3ª Cia E Cmb Mec (Dom Pedrito/RS):** R\$ 178.000,00.
- **15ª Cia E Cmb Mec (Palmas/PR):** R\$ 433.350,00.
- **1º B Fv (Lages/SC):** R\$ 43.214,00.
- **CRO/3 (Porto Alegre/RS):** R\$ 120.000,00.
- **CRO/5 (Curitiba/PR):** R\$ 39.000,00.
- **13º GAC (Cachoeira do Sul/RS):** R\$ 336.000,00.

8.2.2. Ressalta-se que, por tratar-se de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, a indicação de disponibilidade orçamentária plena é exigível apenas no momento de cada contratação/empenho, permanecendo sob responsabilidade de cada Ordenador de Despesas a gestão de seus próprios créditos.

8.3. Memória de Cálculo e Unidade Monetária:

8.3.1. Conforme a modelagem de maior desconto, cada família de materiais possui o valor unitário fixado simbolicamente em **R\$ 1,00**. As quantidades totais lançadas no sistema refletem o valor orçado em Reais, tendo sido arredondadas para números inteiros na **Intenção de Registro de Preços (IRP)** para fins de operacionalização sistêmica e garantia de saldo orçamentário.

8.4. Metodologia e Análise Crítica de Preços:

8.4.1. Em estrita observância ao Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e à IN SEGES/ME nº 65/2021, adotou-se a Mediana da Tabela SINAPI de Abril de 2026 (não desonerada) como sistema oficial de governo para a elaboração do orçamento estimado. A equipe de planejamento realizou a análise crítica comparando os índices da referida Tabela com o histórico de contratações das Unidades e com o Painel de Preços, certificando que a mediana SINAPI de referência representa o teto máximo aceitável e garante a economicidade da futura Ata.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Da Estratégia de Divisão do Objeto e Amparo Legal:

9.1.1. Em estrita observância ao **Art. 40, inciso V, alínea “b”, e ao Art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, a Administração optou pelo **PARCELAMENTO** do objeto, estruturando a contratação em **11 (onze) famílias técnicas de materiais** (itens por grupo de afinidade), utilizando como critério de julgamento o **maior desconto linear** sobre a Tabela de Insumos do **SINAPI (não desonerada)**.

9.1.2. Tal modelagem encontra suporte jurídico especializado no **Parecer nº 01070/2021/CONJUR-EB/CGU/AGU**, que autoriza expressamente o uso da Tabela SINAPI como referência em pregões de maior desconto para o registro de preços de materiais destinados à manutenção de imóveis no âmbito do Exército Brasileiro.

9.2. Da Inviabilidade Operacional do Parcelamento por Produto Individual (Item a Item):

9.2.1. A Administração realizou um estudo de viabilidade sobre a possibilidade de licitar individualmente cada insumo (ex: cimento, tijolo, cabo elétrico). Concluiu-se que, para atender as demandas consolidadas das **12 Organizações Militares** participantes distribuídas no RS, SC e PR, seria necessária a criação de um certame com mais de **1.200 itens individualizados**.

9.2.2. Sob a ótica da **capacidade operacional das SALC**, tal volume é considerado **impraticável**. Os Agentes de Contratação e Pregoeiros das Organizações Militares não desempenham funções exclusivas, acumulando a condução de pregões vultosos com a operação diária de dispensas eletrônicas, processos de inexigibilidade e demais demandas burocráticas e operacionais inerentes à rotina militar.

9.2.3. Um pregão de 1.200 itens exigiria sessões públicas com duração superior a 30 dias, o que elevaria exponencialmente o risco de **desistência de licitantes** devido à fadiga do processo, além de aumentar a probabilidade de erros fatais no julgamento de propostas e na análise de documentos de habilitação, comprometendo a integridade do certame.

9.2.4. A experiência técnica acumulada pela equipe de planejamento indica que o limite de eficiência para uma condução segura, célere e precisa gira em torno de **75 a 100 itens** por pregão. Ao condensar a demanda em 11 famílias, a Administração garante uma **data única de homologação**, otimizando a gestão estratégica do 3º BE Cmb e permitindo que as 11 UGPs participantes iniciem suas manutenções de forma simultânea e coordenada.

9.3. Da Gestão de Riscos e a Volatilidade do Mercado de Construção Civil:

9.3.1. Materiais de construção civil possuem uma **volatilidade de preços extremada**, sujeita a variações mensais decorrentes de custos de logística e insumos básicos. Em um modelo tradicional de "menor preço por item", o hiato temporal entre a fase de lances e a efetiva assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP) frequentemente resulta em preços defasados.

9.3.2. Tal defasagem provoca uma paralisia administrativa: as empresas vencedoras protocolam pedidos de **reequilíbrio econômico-financeiro** que, em média, levam mais de 30 dias para análise técnica e jurídica. Multiplicando-se esse cenário por centenas de itens, a Ata tornar-se-ia inexecutável, frustrando o suprimento das Organizações Militares.

9.3.3. A adoção da **Tabela SINAPI como referencial dinâmico** resolve esta problemática da **volatilidade de preços extremada** de forma definitiva. Uma vez que a mediana dos preços é atualizada mensalmente pelo IBGE/Caixa, o valor de referência acompanha automaticamente as oscilações do mercado (**especialmente em insumos como aço, PVC e derivados de petróleo**). A licitação fixa apenas o **percentual de desconto**, que permanece inalterado, **prevenindo a paralisia administrativa por sucessivos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro**, garantindo a execução contínua sem a necessidade de aditivos de reequilíbrio constantes, cumprindo o princípio da celeridade.

9.4. Da Prevenção de Fraudes e do "Jogo de Planilha":

9.4.1. O modelo de **maior desconto linear** sobre uma tabela oficial é reconhecido pelo **Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.238 /2016-Plenário)** como uma ferramenta eficaz de combate a fraudes.

9.4.2. Em extensas listagens de itens, licitantes mal-intencionados podem ofertar descontos agressivos em itens de baixa probabilidade de consumo e preços elevados em itens de alta demanda (estratégia de "jogo de planilha"). A aplicação do **desconto linear e obrigatório** sobre a totalidade da família SINAPI elimina qualquer subjetividade ou brecha para manipulação de preços unitários, blindando o processo desde o pedido até o recebimento definitivo.

9.5. Da Especialidade Regional e Amparo às ME/EPP:

9.5.1. Embora a licitação seja centralizada no 3º BE Cmb, o desconto incidirá sobre a tabela SINAPI da localidade da respectiva Unidade Gestora (RS, SC e PR). Isso garante que o preço pago seja sempre aderente à realidade do mercado regional onde o material será entregue, respeitando as variações de frete e custos locais.

9.5.2. O parcelamento por famílias, com itens cujas estimativas por OM frequentemente situam-se abaixo de **R\$ 80.000,00**, permite a destinação de cotas exclusivas para **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)**. Isso fomenta o desenvolvimento local nas sedes das guarnições e amplia a competitividade, atraindo fornecedores especializados em nichos específicos (ex: apenas elétrica ou apenas vidraçaria) que não teriam capacidade de disputar um lote global de grande vulto.

9.6. Conclusão Técnica sobre o Parcelamento:

9.6.1. Diante de todo o exposto, a Administração reafirma que a adjudicação por famílias com desconto SINAPI não é apenas a opção mais econômica, mas a **única alternativa tecnicamente viável** para garantir o suprimento ininterrupto de 12 Organizações Militares. Qualquer tentativa de parcelamento individualizado (item a item) resultaria no colapso administrativo da SALC e no risco iminente de desabastecimento em obras estratégicas do Comando Militar do Sul.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Da Inexistência de Interdependência:

10.1.1. Não foram identificadas contratações interdependentes que condicionem a abertura ou a execução do presente processo licitatório. A aquisição de materiais de construção e manutenção é **autônoma** e visa a recomposição dos estoques dos almoxarifados para emprego imediato conforme as necessidades surgirem.

10.2. Da Correlação com a Execução por Mão de Obra Orgânica:

10.2.1. Informa-se que a aplicação de todos os insumos adquiridos será realizada exclusivamente pela **mão de obra orgânica** das 12 Organizações Militares participantes (Pelotões de Obras e Seções de Manutenção).

10.2.2. Tal correlação garante que a Administração não dependa da tramitação de processos licitatórios de serviços externos para a efetiva utilização dos materiais, conferindo agilidade à manutenção do patrimônio público e evitando o risco de perecimento de itens em estoque.

10.3. Do Alinhamento com a Prontidão Operacional:

10.3.1. A contratação guarda correlação com os **Planos de Manutenção Orgânica** das 12 Organizações Militares participantes, sendo essencial para garantir a prontidão das tropas de engenharia e o suporte logístico às missões de apoio ao **Comando Militar do Sul (CMS)**.

10.3.2. A disponibilidade imediata destes insumos nos almoxarifados é fator crítico de sucesso para a execução de projetos de infraestrutura militar e ações de resposta rápida em situações de emergência e **Defesa Civil**, independentemente da escala do projeto executado por cada unidade isoladamente.

10.4. Da Racionalização pela Consolidação de Demandas:

10.4.1. Ressalta-se que a correlação entre as demandas das 12 OMs participantes foi o fator determinante para a centralização do certame no **3º BE Cmb**. Esta estratégia visa o aproveitamento da economia de escala e a uniformização do padrão de qualidade dos materiais distribuídos em toda a região Sul (RS, SC e PR).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Do Alinhamento com o Plano de Contratações Anual (PCA) e LDO:

11.1.1. Em estrito cumprimento ao **Art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, certifica-se que o objeto desta contratação encontra-se devidamente contemplado no **Plano de Contratações Anual (PCA/2026 e 2027)** desta Unidade Gerenciadora (3º BE Cmb) e das demais 11 Organizações Militares participantes.

11.1.2. O alinhamento orçamentário e a compatibilidade com a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** foram certificados individualmente pelos respectivos Ordenadores de Despesas nos Documentos de Formalização de Demanda (DFD), garantindo que a despesa possui lastro no planejamento setorial de cada Guarnição participante.

11.2. Do Alinhamento com os Objetivos Estratégicos do Exército:

11.2.1. A contratação suporta diretamente o objetivo estratégico de **"Manutenção da Capacidade Operativa"** da Força Terrestre, garantindo a integridade das instalações de comando, alojamentos e áreas operacionais indispensáveis ao pronto emprego das tropas de engenharia.

11.2.2. A aquisição estratégica de insumos via Tabela SINAPI permite que o **4º Grupamento de Engenharia** mantenha a autonomia logística necessária para executar seus Planos de Trabalho de Engenharia, assegurando que as Organizações Militares possuam meios para responder tempestivamente a missões de apoio à **Defesa Civil** e manutenção do patrimônio imobiliário da União.

11.3. Da Governança e Racionalização Administrativa (Centralização de Demandas):

11.3.1. O agrupamento das demandas de 12 Unidades Gestoras distintas em um único processo licitatório centralizado no 3º BE Cmb materializa o princípio do **Planejamento e da Eficiência** (Art. 5º da Lei 14.133/2021), evitando a duplicidade de procedimentos administrativos para objetos idênticos e reduzindo drasticamente o custo processual para o Erário.

11.3.2. Tal estratégia blinda a Administração contra o fracionamento indevido de despesas e otimiza a força de trabalho das Seções de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), permitindo que um único certame atenda a guarnições distribuídas em toda a região Sul (RS, SC e PR), aproveitando a **economia de escala** gerada pelo montante global de **R\$ 7.215.568,86**.

11.4. Do Alinhamento com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS):

11.4.1. A contratação está alinhada ao **Plano Diretor de Logística Sustentável** das Unidades Requisitantes, uma vez que a utilização da Tabela SINAPI como referencial técnico obriga a entrega de materiais que atendam a padrões normatizados de qualidade e desempenho, reduzindo o desperdício de insumos por baixa durabilidade.

11.4.2. Adicionalmente, as obrigações contratuais preveem a gestão adequada de resíduos e o incentivo à logística reversa, conforme diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU**, conciliando o desenvolvimento nacional sustentável com a eficiência operacional.

11.5. Da Justificativa pela Manutenção de Ativos Centenários:

11.5.1. O planejamento considerou a natureza, em grande parte, **centenária** das instalações militares das 12 OMs participantes, cujas estruturas demandam um fluxo contínuo de manutenção preventiva e corretiva para evitar a degradação patrimonial severa.

11.5.2. A adoção da Tabela SINAPI como sistema oficial de referência (Decreto nº 7.983/2013) garante que as especificações técnicas sejam uniformes e padronizadas, assegurando que as intervenções de engenharia mantenham a compatibilidade técnica e a integridade do acervo imobiliário sob responsabilidade do Comando Militar do Sul.

11.6. Conclusão sobre o Alinhamento:

11.6.1. Diante do exposto, a equipe de planejamento declara que a presente contratação é **plenamente viável e necessária**, encontrando-se em total simetria com os instrumentos de governança, planejamento logístico e metas institucionais do Comando do Exército para o exercício de 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Da Eficiência Orçamentária e Potencialização do Poder de Compra:

12.1.1. A centralização das demandas de 12 Unidades Gestoras distintas materializa o princípio da **economia de escala**, permitindo que o Exército Brasileiro se apresente ao mercado regional como um comprador de grande vulto (R\$ 7,2 milhões), o que atrai licitantes com maior capacidade logística e propostas de descontos mais agressivos.

12.1.2. O uso da Tabela SINAPI como referencial obrigatório assegura o **realismo de preços**, uma vez que os descontos incidirão sobre a mediana oficial apurada pelo IBGE/Caixa no mês da contratação, protegendo o Erário contra a volatilidade do mercado de construção civil e evitando licitações desertas ou sobrepreços indevidos.

12.1.3. A unificação técnica garante a **padronização da qualidade**, assegurando que os insumos entregues em guarnições distintas do RS, SC e PR possuam rigorosamente o mesmo padrão de desempenho e durabilidade, facilitando o controle logístico centralizado no 4º Grupamento de Engenharia.

12.2. Da Preservação do Patrimônio Imobiliário e Prontidão das Tropas:

12.2.1. A disponibilidade imediata e oportuna dos materiais nos almoxarifados das 12 OMs é o fator determinante para interromper o ciclo de degradação das estruturas militares, muitas das quais possuem natureza **centenária**, garantindo que pequenas avarias não evoluam para colapsos estruturais onerosos.

12.2.2. A solução confere **autonomia técnica às Seções de Manutenção**, permitindo que a própria mão de obra orgânica do Exército realize reparos emergenciais e preventivos sem depender da morosidade de processos externos de contratação de serviços para cada demanda identificada.

12.2.3. Garante-se a **habitabilidade e a segurança** de alojamentos, áreas administrativas e Próprios Nacionais Residenciais (PNRs), refletindo diretamente no bem-estar da família militar e na manutenção do moral da tropa.

12.2.4. A posse estratégica desses insumos assegura que as Unidades de Engenharia de Combate mantenham estoques reguladores para pronto emprego em missões de **Defesa Civil** e ajuda humanitária, essenciais para a atuação da Força Terrestre em situações de calamidade na região Sul.

12.3. Do Atendimento ao Planejamento Estratégico e Sustentabilidade:

12.3.1. A contratação está em total simetria com os **Planos Diretores de Logística Sustentável (PLS)** das Unidades, priorizando a aquisição de itens com certificações ambientais e eficiência energética, como iluminação LED e insumos de menor impacto ambiental, reduzindo a pegada de carbono da Força a longo prazo.

12.3.2. A efetivação deste certame cumpre as metas do **Plano de Contratações Anual (PCA)**, evitando o fracionamento indevido de despesas e garantindo que os recursos orçamentários sejam aplicados de forma planejada e judiciosa.

12.4. Da Racionalização Administrativa e Segurança Jurídica:

12.4.1. A unificação de 12 procedimentos licitatórios em um único certame centralizado no 3º BE Cmb gera uma drástica **redução do custo processual**, otimizando a força de trabalho das SALCs participantes e permitindo uma melhor segregação de funções e foco na fiscalização contratual.

12.4.2. O modelo de maior desconto sobre tabela oficial mitiga riscos de **inadimplemento e pedidos de reequilíbrio**, pois a atualização automática dos preços referenciais pela Caixa mantém a vantajosidade do contrato para ambas as partes durante toda a sua vigência.

12.4.3. Esta modelagem confere **transparência total e agilidade na liquidação da despesa**, uma vez que os preços de mercado são validados por órgãos externos de governo (IBGE), facilitando o controle social e institucional sobre o emprego dos recursos públicos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Da Governança, Manual de Instrução e Capacitação:

13.1.1. Conforme a diretriz de **Gestão por Competências** (Art. 7º da Lei nº 14.133/2021), cada uma das 12 Organizações Militares participantes deverá designar, via Boletim Interno, sua equipe de fiscalização (técnica e administrativa) antes da primeira emissão de Nota de Empenho.

13.1.2. A Unidade Gerenciadora (3º BE Cmb) elaborará e distribuirá um **Manual de Instrução de Uso da Ata**, documento tático-operacional que servirá de guia para os fiscais das 11 UGPs. Este manual detalhará o passo a passo para a extração da mediana na Tabela SINAPI e a conferência do desconto linear, garantindo que o sargento na ponta da linha em Dom Pedrito ou Porto União aplique a mesma regra da Gerenciadora.

13.1.3. Recomenda-se que as SALCs locais realizem um nivelamento técnico com seus Pelotões de Obras sobre a sistemática de "maior desconto", visando reduzir pedidos de esclarecimentos desnecessários ao pregoeiro durante a execução contratual.

13.2. Da Adequação da Infraestrutura Logística:

13.2.1. Em observância ao inciso XI do art. 7º da IN 40/2020, certifica-se que **não há necessidade de adequações físicas ou reformas** nos quartéis participantes. As 12 OMs já possuem depósitos de obras e almoxarifados estabelecidos e com capacidade de carga/descarga compatível com o volume de materiais planejado, estando o ambiente organizacional pronto para o recebimento dos insumos.

13.3. Dos Procedimentos Prévios à Solicitação de Material:

13.3.1. Antes de qualquer Ordem de Fornecimento, o fiscal da UGP deve, obrigatoriamente, anexar ao processo de despesa o relatório de insumos do **SINAPI oficial do mês vigente**, específico para sua localidade (RS, SC ou PR), para comprovar que o valor de referência utilizado é a mediana atualizada da Caixa.

13.3.2. A Administração exigirá da empresa detentora da Ata um orçamento prévio detalhando marca e procedência dos itens, permitindo que o fiscal confronte a especificação entregue com a descrição técnica exigida na tabela referencial antes do aceite.

13.4. Da Conformidade Ambiental e Sustentabilidade:

13.4.1. Para a aquisição de itens que demandem controle ambiental (como madeiras), o fiscal exigirá a apresentação do Documento de Origem Florestal (DOF) ou comprovante do Sinaflor no ato da entrega, sob pena de recusa do material e abertura de processo sancionatório.

13.4.2. A fiscalização deverá observar as diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis** quanto à logística reversa de embalagens e resíduos químicos, notificando a contratada para o recolhimento quando previsto no Termo de Referência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Da Geração de Resíduos Sólidos e Gestão de Embalagens:

14.1.1. O fornecimento em larga escala de materiais de construção resultará na geração de volume significativo de embalagens secundárias e terciárias (papelão, plásticos, sacos de rafia e paletes), além de eventuais perdas de materiais no canteiro (Resíduos da Construção Civil - RCC).

14.1.2. Como medida mitigadora, os fornecedores deverão priorizar embalagens constituídas por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis, em conformidade com as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

14.1.3. A gestão final destes resíduos será compartilhada: as Organizações Militares realizarão a separação e destinação via **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)** orgânico, aproveitando os contratos de coleta seletiva já existentes nas guarnições.

14.2. Da Extração de Recursos Naturais e Garantia de Origem Florestal:

14.2.1. A aquisição de insumos de madeira (tábuas, vigas, caibros) e minerais (areia, brita) exerce pressão direta sobre os ecossistemas florestais e hídricos.

14.2.2. Para neutralizar o risco de aquisição de produtos oriundos de desmatamento ilegal, a Administração exigirá, obrigatoriamente no momento da entrega, o **Documento de Origem Florestal (DOF)** ou autorização via **Sinaflor**, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

14.2.3. A fiscalização será rigorosa quanto à procedência legal, conforme o Decreto nº 5.975/2006, sendo o descumprimento deste requisito motivo sumário para recusa do material e abertura de processo sancionatório administrativo.

14.3. Do Risco Químico e Emissão de Poluentes (Tintas e Solventes):

14.3.1. A contratação abrange famílias de tintas, vernizes e solventes (aguarrás) que possuem potencial de poluição do solo e emissão de **Compostos Orgânicos Voláteis (COV)**, prejudiciais à camada de ozônio.

14.3.2. As especificações técnicas do Termo de Referência priorizam insumos de **baixa toxicidade**, preferencialmente à base de água e isentos de metais pesados.

14.3.3. O armazenamento nos almoxarifados das 12 OM's seguirá protocolos de segurança para inflamáveis, visando evitar vazamentos acidentais que possam comprometer o lençol freático das áreas militares.

14.4. Da Metodologia de Controle via CTF/IBAMA (Sustentabilidade Operacional):

14.4.1. Em estrita observância à **8ª Edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGUI/AGU)** e visando não restringir indevidamente a competitividade, adota-se a estratégia de exigir a regularidade ambiental no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) apenas para o **fabricante dos insumos**, e não para o licitante varejista.

14.4.2. Na fase de seleção do fornecedor (Pregão), será exigida apenas uma **Declaração de Compromisso de Sustentabilidade**, na qual o licitante manifesta ciência de que todos os produtos fornecidos deverão, obrigatoriamente, provir de fabricantes regulares no IBAMA para atividades potencialmente poluidoras.

14.4.3. A fiscalização efetiva ocorrerá na fase de execução, no momento da emissão de cada Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho (**Procedimento de Ajuste Fino**); o Fiscal da Ata exigirá o comprovante de registro e o **Certificado de Regularidade (CR)** válido do fabricante da marca específica que a empresa pretende entregar naquela ocasião.

14.4.4. Para garantir a celeridade administrativa, a Administração poderá obter o Certificado de Regularidade via consulta online no sítio oficial do IBAMA assim que a marca do material for informada pela contratada.

14.4.5. Fica estabelecido que a indicação de marca cujo fabricante não possua CTF regular resultará na **rejeição sumária do material**, sendo a empresa obrigada a apresentar, sem ônus para o Exército, outro item de qualidade igual ou superior que atenda aos requisitos de conformidade ambiental, sob pena de abertura de processo sancionatório.

14.5. Do Incentivo à Eficiência Energética e Sustentabilidade Operacional:

14.5.1. A família de materiais elétricos prioriza tecnologias de baixo consumo, com exigência de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) obrigatoriamente em **Classe "A"** (ou a mais alta disponível no mercado) e certificação compulsória do **INMETRO** para luminárias LED e condutores.

14.5.2. Em cumprimento ao **Decreto nº 12.688/2025**, institui-se o sistema de logística reversa para **embalagens plásticas** primárias, secundárias e terciárias, devendo o fornecedor priorizar o descarte via cooperativas de catadores ou sistemas coletivos estruturados.

14.5.3. Para itens específicos como lâmpadas e baterias, as empresas deverão se comprometer com a **Logística Reversa**, providenciando o recolhimento e a descontaminação dos resíduos após o uso, conforme o ciclo de vida do produto previsto na Lei nº 12.305/2010.

14.6. As medidas mitigadoras descritas neste item visam o alinhamento da Unidade aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 9, 11 e 12, conforme orienta a 8ª Edição do Guia da AGU.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Declaração Expressa de Viabilidade:

15.1.1. Esta equipe de planejamento, após exaurir a análise de todos os elementos técnicos, jurídicos e mercadológicos colhidos durante a fase preparatória, declara que a contratação para aquisição de materiais de construção via Tabela SINAPI é **PLENAMENTE VIÁVEL E RAZOÁVEL**.

15.1.2. A solução proposta alinha-se integralmente às finalidades institucionais do Exército Brasileiro e representa a alternativa de maior eficiência administrativa para o atendimento simultâneo das 12 Organizações Militares participantes.

15.2. Justificativa da Viabilidade Jurídica e Técnica:

15.2.1. A viabilidade jurídica encontra lastro no **Parecer nº 01070/2021/CONJUR-EB/CGU/AGU**, que ratifica a legalidade do uso do critério de "maior desconto linear sobre a Tabela SINAPI" para o registro de preços de materiais de manutenção.

15.2.2. Sob o aspecto técnico, a modelagem por famílias de materiais é a única capaz de evitar o colapso operacional das SALCs. A tentativa de licitar individualmente cada insumo resultaria em um certame com mais de **1.200 itens**, o que comprometeria a qualidade do julgamento, a celeridade da habilitação e a unicidade da homologação.

15.3. Viabilidade Econômica e Segurança do Erário:

15.3.1. O modelo é economicamente vantajoso por aproveitar a **economia de escala** gerada pelo montante global de aproximadamente R\$ 7,2 milhões, atraindo fornecedores de grande porte e garantindo preços competitivos em três estados (RS, SC e PR).

15.3.2. A adoção da mediana SINAPI como teto dinâmico blinda o Erário contra a volatilidade do mercado e contra fraudes como o 'jogo de planilha'. Para garantir a segurança jurídica da modelagem dinâmica, adota-se a **cautela prevista no item 13.3.1 deste ETP**, obrigando o fiscal de cada Unidade a anexar o relatório oficial do mês vigente a cada pedido de material, assegurando que a Administração pague sempre o preço justo e auditado pelo IBGE/Caixa, sem risco de sobrepreço.

15.3.3. A relação custo-benefício mostra-se amplamente favorável, visto que o custo processual de um único pregão centralizado é infinitamente inferior à realização de 12 certames isolados por cada UGP.

15.3.4. **Justificativa para a Não Exigência de Garantia de Execução:** A Administração opta por não exigir a prestação de garantia (Art. 96 da Lei 14.133/21) devido à baixa complexidade técnica do objeto (insumos comuns) e ao modelo de fornecimento integral por pedido. Como o pagamento só ocorre após o recebimento definitivo e a conferência total dos materiais, o risco de dano ao Erário é mínimo, não justificando o ônus financeiro que a garantia imporia aos licitantes, o que poderia restringir a participação de Micro e Pequenas Empresas regionais.

15.4. Da Necessidade Estratégica e Prontidão Operacional:

15.4.1. A viabilidade estratégica justifica-se pela urgência em prover meios para a manutenção de instalações militares **centenárias**, cuja preservação é dever funcional da Administração para evitar danos estruturais onerosos e garantir a habitabilidade da tropa.

15.4.2. A posse oportuna destes materiais confere a autonomia logística necessária para que a Engenharia do Exército cumpra suas missões de suporte a obras estratégicas e ações de **Defesa Civil** com prontidão e eficácia.

15.5. Conclusão Final:

15.5.1. Diante do exposto, não se identificaram óbices técnicos, legais ou orçamentários que desaconselhem o prosseguimento do feito. A contratação está madura, os riscos foram mitigados e a solução reflete o compromisso com os princípios da **Eficiência, Planejamento e Economicidade** previstos na Lei nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VALTER FERNANDO BITENCOURT WOMMER

Encarregado pela SALC



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 14:14:27.